

SINDICATO



Formação em lugar de paralisação

A greve como instrumento para fragilizar governos, comover a sociedade e obter conquistas nem sempre justas é uma prática política que está caindo em desuso. Adotado por sindicatos de trabalhadores nas décadas de 1980 e 1990, tal estratégia mostra-se ultrapassado. Exemplo foi a recente paralisação do Magistério gaúcho – liderada pelo CPERS/Sindicato: teve vida curta e resultados inócuos, com prejuízo apenas para o corpo discente.

O governo do Estado, já há alguns anos, enfrenta adversários mais preparados na discussão das reivindicações classistas. Não são poucas as entidades que se deram conta de que a virada do milênio exigiu novas estratégias de negociação e mecanismos de pressão. O enfrentamento foi sendo substituído por demonstrações de que os serviços prestados são relevantes e vitais para o contribuinte. Essa tem sido a tática da Afocefe – Sindicato, entidade que reúne os Técnicos do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul. Tolhidos internamente, em função da proximidade política dos Auditores Fiscais com os governadores, os técnicos se deram conta que o melhor caminho para obter visibilidade é atingir o seu público-alvo: o contribuinte. Desde então, passaram a investir em mídia para mostrar à sociedade que a luta da categoria não se dá em benefício próprio, mas em defesa do interesse público. Uma das bandeiras é a qualificação do corpo técnico, ou seja, a exigência do curso superior. Isso demandou um trabalho de apresentação da classe junto aos parlamentares gaúchos, pois a maioria desconhece as reais atribuições das diferentes carreiras. “O legislador precisa nos enxergar como essenciais ao serviço público, mas também como os servidores qualificados que somos”, defende o presidente da Afocefe, Elton Nietiedt.

A nova sistemática começa a pôr à prova os servidores públicos que formam verdadeiras “castas”, ocupando espaços nas diferentes secretarias de Estado, tendo,

ao longo dos últimos 35 anos, sido os responsáveis pelos consecutivos déficits públicos gerados pelo descaso com a cobrança de tributos. “Esse *interna corporis* – que luta por interesses particulares – custa aos cofres públicos até dez vezes mais do que os serviços efetivamente prestados”, pondera o diretor legislativo Carlos De Martini. “Os servidores precisam resgatar o reconhecimento da importância do trabalho desempenhado, atuar com focos específicos, servir como fonte de informação e proceder com credibilidade junto aos agentes políticos.”

O pensamento é uníssono na diretoria da entidade: o Estado peca por não adotar critérios e práticas da iniciativa privada, como promoção por merecimento, qualificação do servidor e gestão austera. Nietiedt conta que, certa vez, o ex-deputado estadual Flávio Koutzii relatou ter mais informações acerca das finanças públicas quando foi líder da oposição do que quando ocupou a Chefia da Casa Civil. Os moldes atu-

“ A AFOCEFE QUER MOSTRAR À SOCIEDADE QUE A LUTA DA CATEGORIA NÃO SE DÁ EM BENEFÍCIO PRÓPRIO, MAS EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO.”

ais, diz Nietiedt, inviabilizam o serviço público. Daí a importância da alternância na atuação sindical: se o interesse privado se sobrepõe ao público, apenas as “castas” obtêm benefícios.

A mudança de tática, explica Nietiedt, é uma forma de preservação das diferentes carreiras. Afinal, a estagnação no serviço público pode levar à extinção, pois a sociedade passa a ver certos quadros como desnecessários. Ao evoluir, o modelo de atuação silencioso e operacional demonstra ser mais eficaz. “É muito mais vantajoso, pois aquelas associações que já atuavam assim, antes da nossa, estão muito mais à frente e ocuparam espaços na administração pública. O que cabe questionar é se esses espaços estão sendo usados em prol da sociedade”, conclui Nietiedt. ♥